

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVII

FLORIANÓPOLIS, 5 DE JULHO DE 2018

NÚMERO 7.301

MESA

Aldo Schneider
PRESIDENTE

Silvio Dreveck
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Valdir Cobalchini
Vice-Líder: Mauricio Eskudlark

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

**BLOCO PARLAMENTAR
PP, PR, PSB, PODEMOS**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Leonel Pavan

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ricardo Guidi
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Antônio Aguiar
Cesar Valduga
Moacir Sopelsa
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Leonel Pavan
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Ada Faraco de Luca
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Valmir Comin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Guidi - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Ada Faraco de Luca
Gelson Merisio
Valmir Comin
Leonel Pavan

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti
Carlos Chiodini
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
Moacir Sopelsa – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Jean Kuhlmann
Valmir Comin
Leonel Pavan
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
João Amin
Leonel Pavan
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mauro de Nadal - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael dos Santos
Valmir Comin
Cleiton Salvaro
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Fernando Coruja - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Cesar Valduga
Ada Faraco de Luca
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Carlos Chiodini
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Dr. Vicente Caropreso
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Serafim Venzon
Antônio Aguiar
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Fernando Coruja
Luiz Fernando Vampiro
Valmir Comin
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Antonio Aguiar
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus – Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Dr. Vicente Caropreso
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Fernando Coruja – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Ada Faraco de Luca
Neodi Saretta
José Milton Scheffer
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti – Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Darci de Matos
Natalino Lázare

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 071ª Sessão Ordinária realizada em 03/07/2018 2 Ata da 072ª Sessão Ordinária realizada em 03/07/2018 3</p> <p>Publicações Diversas Ofícios 5 Portarias 9 Projetos de Lei 11 Proposta de Sustação de Ato... 12</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputado Silvio Dreveck
DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

A Presidência declara que, por tratar-se de calendário especial, não há Breves Comunicações, portanto, dá início ao Horário dos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Discorre sobre o projeto de lei aportado na Casa Legislativa que estabelece novas condições para nomeações

de diretores de autarquias e fundações do estado de Santa Catarina e mecanismos que favoreçam a qualificação dos ocupantes de tais cargos públicos.

Salienta que a referida proposição vai ao encontro da demanda da sociedade, sem intervenção do aparelhamento político do estado, além de ofertar mais transparência aos órgãos estaduais, uma vez que seus dirigentes serão sabatinados com análise de currículo, preparo técnico, além e apresentar um projeto de gestão, ofertando eficiência ao estado e serviços melhores ao povo catarinense que é quem paga os salários de todas essas pessoas.

Sobre tal assunto, reitera que a presente proposta não é novidade, uma vez que já existe na União, conforme o art. 52 da Constituição Federal, que estabelece a determinados cargos federais que sejam sabatinados pelos integrantes do Senado Federal.

Finaliza solicitando aos deputados Dirceu Dresch e Valdir Cobalchini a devolução do processo na comissão de Constituição e Justiça para que seja encaminhado a Plenário para discutir e aprovar o referido projeto, enriquecendo a leis catarinenses na transparência e decência na ocupação de cargos públicos. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Orador) - Tece comentários a respeito do art.

170 da Constituição Estadual, que garante bolsa de estudo a alunos comprovadamente carentes e que estejam cursando pela primeira vez curso superior de graduação, bem como cita os dados percentuais da arrecadação estadual que são destinados às universidades comunitárias e privadas.

Menciona os dados numéricos do Tribunal de Contas do estado referentes aos anos de 2011 a 2017, quando o governo do estado deixou de repassar mais de R\$ 908 milhões às instituições de ensino, e tal fato que tem levado muitos estudantes a trancarem suas matrículas.

Percebe desconsideração do estado para com o futuro da educação catarinense demonstrada pela prioridade da reforma da Ponte Hercílio Luz, e, de outro lado, não tem dinheiro para destinar aos jovens universitários catarinenses. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Agradece a todos os colegas parlamentares, que participaram em data anterior do Seminário da Agricultura, evento que foi muito concorrido. Espera que os agricultores possam produzir e vender mais para os órgãos públicos do estado.

Comenta que atualmente virou moda falar mal dos políticos, registrando que foi aprovado na Casa, o projeto de lei que criou cargos para o Tribunal de Justiça, e que muitos parlamentares que votaram a favor do projeto estão

sendo criticados nas redes sociais e nos meios de comunicação. Questiona o prejuízo dos cidadãos catarinenses, que estão com processos para serem julgados, e que os mesmos estão parados no Tribunal de Justiça sem solução, devido à falta de pessoal para julgar. Cita que foi constatada a necessidade da nomeação das funções, principalmente para agilizar o julgamento das ações. Destaca que haverá fluidez e menos espera para a população.

Conclui afirmando que o projeto aprovado está dentro do orçamento do Tribunal de Justiça, e que foi aprovado com muita responsabilidade por todos os deputados. Solicita a imprensa maldosa que está sempre de plantão, que se intere dos fatos, e da importância sobre o que os parlamentares estão realizando na Casa antes de criticar.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Cumprimenta o deputado Milton Hobus, e concorda com a reflexão do tema do seu pronunciamento.

Deputado Dr. Vicente Caropreso (Aparteante) - Parabeniza o deputado Milton Hobus, pela coragem em abordar o assunto que se tornou polêmico. [Taquígrafa: Ana Maria] Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Reporta-se às notas publicadas, em diversas mídias, dando uma conotação negativa à aprovação da Casa Legislativa, ao projeto que dispõe sobre a contratação de profissionais pelo Tribunal de Justiça. Reafirma que votou favoravelmente porque muitas pessoas reclamam da demora nas decisões em seus processos judiciais em decorrência da falta de profissionais gabaritados. Também explica que as contratações são um reforço ao trabalho do juiz de primeira instância, e, como cargos comissionados, não geram despesa para o estado, mantendo-se dentro do duodécimo do Tribunal, e podem ser desligados se assim for decidido.

Ressalta que, quando os parlamentares votaram favoráveis a este projeto, tinham em vista soluções para a sociedade catarinense, e entende que a justificativa recebida do Judiciário foi convincente, visando uma justiça ágil, pois quando ela é aplicada tardiamente, mesmo correta, torna-se injusta.

Classifica como muito importante o ato da Assembleia Legislativa em atender um pedido do Poder Judiciário, dos Desembargadores, da Associação dos Magistrados, e principalmente dos juizes de primeiro grau, tranquilizando os catarinenses sobre a decisão, que considera muito adequada, pois a medida vem em benefício da sociedade. [Taquígrafa: Sara]

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0116/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca dos aditivos assinados durante o tempo em que perdura a reforma da Ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0117/2018, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao Governador do Estado informações referentes ao pagamento do décimo terceiro salário dos funcionários públicos do Estado incluindo os aposentados e pensionistas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0203/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, cumprimentando o presidente da Sociedade Esportiva Recreativa Vila Nova, do Município de Porto Belo pela passagem dos 66 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0204/2018, de autoria do deputado Cesar Valduga, cumprimentando a Congregação das Irmãs Servas de Maria Reparadoras pela passagem dos 118 anos de existência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0552/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0553/2018, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0554/2018, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0555/2018, de autoria do deputado Darci de Matos, 0556/2018, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0557/2018, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; e 0558/2018, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera.

A Presidência comunica ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0330/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0331/2018 e 0332/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0333/2018, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0334/2018, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; e 0335/2018, de autoria do deputado Darci de Matos.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão por até dez minutos para que possa usar a tribuna a sra. Sisi Blind, prefeita do município de São Cristovão do Sul e vice-presidente da Fecam, e discorrer a respeito dos 38 anos Federação Catarinense dos Municípios e do trabalho desenvolvido pela mesma.

Na sequência, a Presidência reabre a sessão e passa ao horário destinado à Explicação Pessoal e, não havendo oradores inscritos a fazer uso da palavra, encerra-a, convocando outra, ordinária para as 14h. [Coordenadora Carla].

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2018

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

Dirce Heiderscheidt

Maurício Eskudlark

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão

ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Tece comentários sobre a situação de insegurança que assola o país em várias áreas, destacando a questão jurídica, tendo em vista a mudança frequente das leis e sua interpretação.

Na escala da gravidade do assunto, reporta-se à insegurança educacional adotada em Santa Catarina, posto que a secretária da Educação, professora Simone Schramm tem feito alterações descabidas a cada instante, proporcionando reações de repúdio na comunidade estudantil e dos professores, especificamente na decisão de interromper as matrículas no Cedup, Centro de Educação Profissional, que oferece cursos técnicos para a formação de pessoas qualificadas no estado,

alegando que a suspensão das matrículas do ensino profissionalizante deve-se à desistência de mais de 50% dos alunos.

Posiciona-se contrário à alteração, e informa que fez um pedido de informação dirigido ao governador, além de subscrever com a deputada Luciane Carminatti uma solicitação de audiência pública para discutir a questão do Cedup, e que também solicitou à secretária reavaliação de tal procedimento. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO (Orador) - Reporta-se à 23ª Festa da Tainha, em Balneário Rincão, que contará com uma grande infraestrutura nos dias 12 a 15 do presente mês, bem como destaca os eventos, parques temáticos, shows gratuitos, a imensa gastronomia, o envolvimento de famílias na pesca artesanal como principal atividade econômica. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Cita que sente muito orgulho por ter sido ex-

aluno do atual Cedup. No entanto, demonstra preocupação com a atuação do governo e da secretaria de estado da Educação, com relação ao fechamento das vagas e matrículas do órgão em todo o estado. Destaca que o fato vai afetar fortemente as famílias, os alunos, os professores e, até a economia da região. Saliencia que é lamentável o que está acontecendo, questionando como explicar para os catarinenses, que para o atual governo a educação está na final da fila das prioridades. Comenta que tal medida traz prejuízos educacionais aos jovens e adultos, que procuram acesso ao mercado de trabalho, é uma oportunidade única para os estudantes que buscam a área técnica. Afirma que educação é um direito de todo cidadão e dever do estado, e fechar os Cedups é retirar da classe trabalhadora o acesso à profissionalização. Conclui registrando que o PDT está solidário com a comunidade escolar e com os Cedups, que é referência em ensino técnico em Santa Catarina, e que vai lutar para reverter à situação. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Comenta sobre um tema recorrente no Plenário, que é a Educação, e apresenta a sugestão de audiência pública para discutir a situação dos Cedups, cujas matrículas para o segundo semestre foram suspensas. Afirma que os cortes nos investimentos em Educação rondam não só o estado, mas todo país.

Também relata sobre outro movimento, considerando-o uma afronta ao Currículo Nacional da Educação, em especial do ensino fundamental e médio, que seria a obrigatoriedade da oferta da língua estrangeira inglesa em detrimento de outras escolhas, como o espanhol, considerando-o mais adequado aos alunos brasileiros pela proximidade com outros países da América Latina.

Ressalta que antes dessa medida, pela LDB, era garantido aos estudantes escolher a língua estrangeira, entretanto o Ministério da Educação, através da Lei n. 13.415, da reforma do ensino médio, está intervindo no currículo, desrespeitando uma construção histórica dos educadores e também dos alunos, decidindo pela obrigatoriedade da língua inglesa.

Fala da campanha que está surgindo em todo país, denominada #FicaEspanhol, que vem se destacando, inclusive com o estado do Rio Grande do Sul conseguindo reverter e aprovar moções de apoio para a continuidade do espanhol como a língua estrangeira a ser ofertada. Também destaca que a BNCC é inconsistente, porque não considera as realidades regionais.

Destaca que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação publicou uma análise dos efeitos da reforma, considerando-a como um retrocesso na amplitude do direito dos estudantes que residem em área de fronteira. Coloca a comissão de Educação à disposição deste debate da Base Nacional Comum Curricular, e o debate do Fica Espanhol. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Informa que, na presente data, o governador Eduardo Pinho Moreira, decretou situação de emergência em todo o estado de Santa Catarina no Sistema Prisional, anunciando a abertura de concurso público para a contratação de até 807 agentes penitenciários, com investimento de R\$ 30 milhões, melhorando os centros penitenciários, cujo prazo de conclusão aproximado em 90 dias, ofertando 1.436 novas vagas no sistema.

Destaca que na unidade de segurança máxima de São Cristovão, região de Curitiba, existem 120 vagas, conforme

decreto, para acolher presos de alta periculosidade, e aguarda aprovação urgente da Casa Legislativa de um plano de gratificação para tal atividade. Espera a atuação favorável dos nobres deputados, aprovando o referido projeto para que os agentes sejam remunerados justamente em sua atividade na Penitenciária de Segurança Máxima.

Por fim, parabeniza o governador o importante decreto, desburocratizando o sistema penitenciário de Santa Catarina, além de garantir maior segurança ao cidadão catarinense. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partidos Políticos

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Reporta-se ao setor energético brasileiro, o qual considera estratégico para o desenvolvimento e crescimento econômico do país ao citar a Petrobras e a forma como ela é tratada atualmente. Menciona que a base governista no Congresso Nacional aprovou uma proposta permitindo à Petrobras transferir 70% do seu direito de exploração de cinco bilhões de barris de petróleo, o que avalia como instrumento para capitalizar a estatal e seu potencial de desenvolvimento para o país, fazendo com que gerasse empregos e tributos para que o Brasil e o povo brasileiro fossem os principais beneficiários, porém com a aprovação da matéria isso foi invertido. Cita que ao aprovarem a respectiva matéria cometeram um crime contra o país e o desenvolvimento nacional, pois os grandes beneficiários serão as grandes petroleiras internacionais, uma vez que o texto aprovado permite a transferência da titularidade de até 70% dos direitos da Petrobras.

Considera que devido aos vários cortes de recursos públicos praticados em vários setores do governo estadual e federal, o que entende como um desmonte do sistema de políticas públicas nas áreas de assistência social, saúde, educação e segurança pública; mostra o reflexo alarmante na vida da população catarinense que vivencia um caos, como a crise da bacia leiteira no oeste do estado. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PP

DEPUTADO VALMIR COMIN (Orador) - Cita a manifestação da deputada Ada De Luca, que comentou que o governo estadual decretou estado de emergência no sistema carcerário de Santa Catarina. Destaca ser urgente e necessário resgatar a autoestima e o desenvolvimento do estado, pois se continuar assim, não há programa e nem sistema presidiário que sustente o estado e o Brasil.

Entende que não existe segurança mais digna para o trabalhador, do que a oportunidade de emprego e renda, e que está se vivendo atualmente um processo inverso.

Saliencia que o estado de Santa Catarina é orgulho para os catarinenses, é diferenciado dos outros estados da federação, mas ainda detentor de um milhão de pobres, e com 160 mil famílias sem moradia. Considera que é preciso desencadear um processo de desenvolvimento, investir nas parcerias públicas privadas, só assim se terá presídios suficientes, para suprir as demandas alarmantes e crescentes em nível de Brasil.

Conclui criticando a atitude lamentável da secretária de educação e do governo, pelos cortes e fechamento dos Cedups em várias regiões do estado, arguindo que é necessário qualificar os professores, profissionais e aperfeiçoar o sistema. Afirma que educação é prioridade e não retrocesso.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) - Cumprimenta o deputado Valmir Comin, pelo

tema do discurso, enaltecendo a importância da Secretaria de Assistência Social para amenizar problemas da população mais carente. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PSD

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO (Orador) - Traz um tema recorrente na tribuna, a crise na Educação, e relata sobre a decisão da Secretaria da Educação, determinando a suspensão das matrículas para o segundo semestre nos Cedups, que considera absurda.

Entende que tal decisão está na contramão do fortalecimento do ensino técnico, que visa inserir o jovem no mercado de trabalho. Destaca que somente na região serrana, em dois Cedups, 400 alunos estavam inscritos para participar do processo seletivo para os dez cursos oferecidos. Em seu ponto de vista, esta decisão pretende acabar com o ensino técnico no estado. Destaca que encaminhou à Mesa da Assembleia uma moção de contrariedade a ser enviada à Secretaria da Educação, pois tal decisão afetará duramente uma região que tem o menor IDH do estado, prejudicando aproximadamente 1.700 alunos.

Ressalta que vai lutar para manter o Cedup e fortalecê-lo, pois seus profissionais têm gabarito e conhecimento para contribuir com o desenvolvimento e formação do povo serrano e catarinense.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela manifestação, acrescentando que a atual secretária tem tomado medidas descabidas e que afrontam diretamente o direito da Educação. Relata que são muitos os cortes, justamente em uma secretaria que deveria brigar pela manutenção dos seus recursos. Desta forma, registra que a comissão de Educação está convocando a secretaria para prestar esclarecimentos.

Deputado Serafim Venzon (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo pronunciamento, entendendo que a Educação não pode ter cortes. Esclarece que a Casa Legislativa já conseguiu reverter alguns atos da secretaria, e não vai permitir que o governo faça economia em cima daqueles que mais precisam, justamente os jovens matriculados no ensino profissionalizante. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Comemora o resultado positivo conquistado por Concórdia, colocando o município na primeira posição do estado e oitava do Brasil, conforme Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, IFDM, criado para acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros. Enaltece ainda que tal conquista advém da aplicação constante na prestação de serviços de maior qualidade nas áreas de educação, emprego, renda e saúde.

Sobre tal colocação, tece um pequeno histórico, lembrando que em 2000, Concórdia ocupava a 1.389 posição no Brasil e a 107ª, em Santa Catarina, saltando para o 8º lugar no país e 1º lugar no estado catarinense. Diante de tanto contentamento, informa que teve a honra de ser prefeito de referido município por oito anos e que seu companheiro, João Girardi, administrou os outros oito anos, completando o ciclo de 16 anos.

Por fim, reverencia o povo de Concórdia pela conquista, como também os dirigentes da administração municipal. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSDB

DEPUTADO SERAFIM VENZON (Orador) - Cumprimenta a instituição Corpo de Bombeiros e a afirma que é a de maior credibilidade no estado de Santa Catarina, e cita que não medirá esforços para a mesma seja cada vez mais forte.

Faz referências a lideranças de várias regiões do estado que se fazem presentes na Casa, na presente data, que vem reivindicar a defesa do ensino técnico profissionalizante, o Cedup.

Menciona tramitação do Projeto de Lei n. 6.299/2002, no Congresso Nacional, que viabiliza o uso de defensivos agrícolas, de produtos fitossanitários e dos agrotóxicos. Lembra sua origem, filho de agricultor, quando se usava esterco de gado para plantar milho e se capinava com a enxada, bem como a perspectiva numérica que se fazia da população para o ano de 2020 e, atualmente, são cerca de sete bilhões de pessoas; de que não faltaria alimento devido à capacidade de o mundo de produzir e distribuir alimentos. Porém, em função do uso de agrotóxicos na agricultura, que de um lado beneficia os produtores, mas por outro traz doenças ao ser humano e aos animais, como o câncer em alguns órgãos, percebe a necessidade de se limitar o uso de agrotóxicos, bem como avalia que o tratamento da água não retira totalmente os resíduos de veneno usados na agricultura. Por isso, entende importante a moção a ser enviada aos deputados federais e senadores para que se atentem quanto à liberação e orientação do uso de agrotóxicos. [Taquígrafa: Silvia]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Pedido de Informação n. 0118/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações sobre a existência de projeto de pavimentação do acesso à comunidade de Sede Brum, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0119/2018, de autoria do deputado Fernando Coruja, solicitando à Casa Civil e à secretária de Estado da Educação, informações acerca das inscrições canceladas para o segundo semestre letivo de 2018 nos cursos técnicos dos CEDUPs nas 18 unidades do Estado.

Em discussão.

Discutiram a matéria os srs. deputados: Fernando Coruja, Dirceu Dresch, Antonio Aguiar e Valdir Cobalchini.

A Presidência, após as discussões, por sugestão do sr. deputado Valdir Cobalchini, com aquiescência do autor da matéria e dos demais srs. deputados, retira a matéria de pauta.

Pedido de Informação n. 0120/2018, de autoria do deputado José Milton Scheffer, solicitando ao secretário de Estado da Fazenda, informações acerca da isenção do IPVA para o ano de 2018, bem como qual a frota de veículos elétricos no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0206/2018, de autoria do deputado Milton Hobus, cumprimentando o senhor Nenito Costa da Rádio Camboriú, pela atuação cinquentenária como radialista.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0207/2018, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, manifestando à secretária de Estado da Educação, contrariedade pela não abertura de novas turmas de 1º Módulo para o segundo semestre de 2018 nos Centros de Educação Profissional.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Gabriel Ribeiro.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0559/2018, 0560/2018, 0561/2018 e 0562/2018, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0563/2018, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0564/2018, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; e 0565/2018, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

[Coordenadora Carla]

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Celebra a vitória da eleição no México de Andrés Manuel López Obrador, conhecido como o Lula mexicano, liderança de esquerda, para presidir o país. Afirma que o país elegeu um verdadeiro líder.

Na mesma esteira, percebe que no Brasil ocorre um contra ponto, quando o setor judiciário brasileiro ainda mantém preso o grande líder Luiz Inácio Lula da Silva. Espera

que o povo brasileiro recupere a autoestima nas eleições de outubro e possa eleger um líder legítimo que tanto merece. Reitera que em todas as pesquisas o ex-presidente Lula aparece disparado na frente dos demais candidatos e reforça que continuará forte na luta para que a sociedade brasileira possa escolher sua liderança de esquerda.

Finaliza manifestando contrariedade à ação da secretária de Educação, sra. Simone Schramm, no que tange ao fechamento de matrícula para novos ingressantes aos CEDUPs no estado. Considera uma trapalhada de fim de mandato e posiciona que o assunto é tema de campanha eleitoral. Concebe que uma decisão como essa, deve ser discutida com a sociedade e não tomada de forma antidemocrática e ditatorial. [Coordenadora Carla]

DEPUTADO VALMIR COMIN (Orador) - Registra a presença da rainha e princesas juntamente com a coordenadora de cultura, sra. Amália Lima, presentes na Casa para divulgação da 23ª Festa da Tainha, em Balneário Rincão. Também a presença dos vereadores Nazareno Lorenzi Nunes, Cleonir José de Lima e Sérgio Sanagiotto, do município de Novo Horizonte, sejam todos bem vindos ao Parlamento.

Corroborar o pronunciamento da deputada Luciane Carminatti e Gabriel Ribeiro, com relação ao assunto dos Cedups. Demonstra preocupação com o fechamento dos mesmos. Entende que empreender através de curso técnico é a melhor escolha para os estudantes, pois vão ter autonomia, capacitação, profissionalismo, e contribuir para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Manifesta indignação com relação às obras da rodovia SC-442, que liga Cocal do Sul à estação Cocal, no município do Morro da Fumaça. Comenta que a mesma está abandonada, já foi até inaugurada, mas falta ainda grande parte da extensão da rodovia para ser finalizada, inclusive a ponte que constava no projeto não foi construída. Cita o desabafo do vice-prefeito da cidade, que afirma que o governo estadual não dá a mínima atenção para a situação que reflete no dia a dia da cidade, informando que todo o tráfego da indústria metal, mecânica e cerâmica da região são escoados pela rodovia, e que não é por falta de cobrança da população, infelizmente a conclusão da obra ficou só na promessa. Solicita e cobra informações do governo estadual solução ao problema. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em homenagem ao 40º Aniversário da Federação Catarinense de Atletismo.

[Taquígrafa: Ana Maria].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0262.6/2018

Of. PR-193/18 Florianópolis, 28 de junho de 2018. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Laudares Capella
Provedor em Exercício

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

OFÍCIO Nº 0263.7/2018

Carta nº 018/2018 Florianópolis, 28 de junho de 2018. Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação FloripAmanhã, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Anita Pires
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

OFÍCIO Nº 0264.8/2018

Florianópolis, 25.06.2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Amigos do Hospital Nereu Ramos, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Lucia Helena Felix
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0265.9/2018

Joinville, 15 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação 12 de Outubro, de Joinville, referente ao exercício de 2017.

Simone Maria Vanelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0266.0/2018

OFÍCIO Nº 094/2018 Balneário Camboriú, 25 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Núcleo Assistencial Humberto de Campos, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2017.

Jurema Nazareth Ramos Cardoso
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0267.0/2018

Ofício nº 034/2018/WRL Camboriú/SC, 13 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas, de Camboriú, referente ao exercício de 2017.

Moises Rossi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0268.1/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Água Doce, referente ao exercício de 2017.

Lindonir Jesus dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0269.2/2018

Ofício 008/2018 Florianópolis, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Coral Hospital Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Maria Magui Schlickmann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0270.6/2018

Ofício nº 076/2018 Laguna, em 20 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, referente ao exercício de 2017.

Regina Ramos dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0271.7/2018

Of. 37/2018 Quilombo (SC), 27 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Quilombo, referente ao exercício de 2017.

Celso Luiz Sordi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————

OFÍCIO Nº 0272.8/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Vida Ativa São José, de Criciúma, referente ao exercício de 2017.

Fernando Fols da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0273.9/2018

Florianópolis, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Professores (APP) do Centro Educacional Menino Jesus, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Marli Catarinense Schлиндwein
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0274.0/2018

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste, de Chapecó, referente ao exercício de 2017.

Vicenzo Francesco Mastrogiacomio
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0275.0/2018

Witmarsum, 07 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Witmarsum, referente ao exercício de 2017.

Lucia Sacani
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0276.1/2018

Ofício nº 046/AFASSIC/18 Içara/SC, 27 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente (AFASSIC), de Içara, referente ao exercício de 2017.

Agenor dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0277.2/2018

Ofício nº 892/2018 Canoinhas, 26 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Pacientes Oncológicos da Região de Canoinhas (APOCA), em Canoinhas, referente ao exercício de 2017.

Ernestina de Lima Gonçalves
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0278.3/2018

Ofício nº 11/18 Em, 25 de junho de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Hospitalar Guarujá, de Guarujá do Sul, referente ao exercício de 2017.

Arno Willemann
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————
OFÍCIO Nº 0279.4/2018

Of nº:007/18 Canoinhas/SC, 25 de junho de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e Outras Drogas (ARAD), de Canoinhas, referente ao exercício de 2017.

Maria Madalena Schiessl Moreira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

————— * * * —————

OFÍCIO Nº 0280.8/2018

OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/2018 Joinville, 18 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Bethesda, de Joinville, referente ao exercício de 2017.

Valmir Sebastião Brúske
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0281.9/2018

Lebon Régis SC, 22 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Lebon Régis, referente ao exercício de 2017.

Vilmarisa Comper da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0282.0/2018

OF. Nº 070/2017 Jaguaruna, 18 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Jaguaruna, referente ao exercício de 2017.

Lídia Viegas
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0283.0/2018

Ofício nº 006/2018 Chapecó-SC, 12 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Centro Associativo de Atividades Psicológicas Patrick, de Chapecó, referente ao exercício de 2017.

Ivonei Barbiero
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0284.1/2018

Of. Nº 005/2018 Chapecó, 27 de junho de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Orquíodófila de Chapecó (ASSOC), referente ao exercício de 2017.

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0285.2/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública a ONG Coração Amigo (OCAM), de Itapema, referente ao exercício de 2017.

Lorita Montagner
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0286.3/2018

Corupá sc, 22 de junho de 2017.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural Desportiva e Beneficente Dom Pedro II - Dom Pedro, de Corupá, referente ao exercício de 2017.

Antenor Galvan
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0287.4/2018

Ofício nº 080/2018 Florianópolis, 20 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária dos Amigos de Jesus (ACAJE), de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Ademar de Almeida
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0288.5/2018

Joinville, 26 de fevereiro de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Renascer, de Joinville, referente ao exercício de 2017.

Ademar de Almeida
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0289.6/2018

Of. FEBE/Pres. nº 011/2018 Brusque, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional de Brusque (FEBE), referente ao exercício de 2017.

Prof. Günther Lothar Pertschy
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0290.0/2018

Ofício nº 17/18 Caçador, 26 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Amigos da Música (AMIMU), de Caçador, referente ao exercício de 2017.

Silvia Regina da Cruz
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0291.0/2018

Of. 011/2018 Florianópolis, 28 de junho de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Divina Providência, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Ilda Sacheti (Ir. Enedina)
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0292.1/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, de Balneário Camboriú, referente ao exercício de 2017.

Pedro Luis Correa Lauer
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0293.2/2018

Ofício nº 067/2018 Criciúma, 22 de junho de 2018.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), referente ao exercício de 2017.

Prof.ª Dra. Luciane Bisognin Ceretta
Reitora

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0294.3/2018

OFÍCIO Nº 024/FNV/2018 Florianópolis, 29 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Vida - Apoio Família Catarinense, de Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Nicole Emiliana Rocha Moreira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0295.4/2018

Ofício nº 045/2018 Ponte Serrada - SC, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Ponte Serrada, referente ao exercício de 2017.

Valmir Zancanaro
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * * _____

OFÍCIO Nº 0296.5/2018

Garuva (SC) em 13 de JULHO de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária e Recreativa de Garuva, referente ao exercício de 2017.

Oswaldo Manoel Vieira
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0297.6/2018

Ofício Nº 13/2018 - Fundação Hermann Weege - Zoo Pomerode.
Pomerode, 02 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hermann Weege, de Pomerode, referente ao exercício de 2017.

Maurício Bruns
Gerente Executivo

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0298.7/2018

Ofício Nº 069/2018 Lages, 20 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de utilidade pública da Fundação Carlos Jofre do Amaral, de Lages, referente ao exercício de 2017.

Agostinho Abati
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0299.8/2018

Ofício nº 002/2018 Penha, 25 de junho de 2018
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Beto Carrero, de Penha, referente ao exercício de 2017.

Rosa Maria Pinto de Carvalho
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0300.6/2018

Pinhalzinho/SC, dezembro 2017.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Horus Faculdades de Ensino, Pesquisa, Tecnologia e Projetos Socioculturais, de Pinhalzinho, referente ao exercício de 2017.

Cesar A. Lunkes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0301.7/2018

Blumenau, 07 de maio de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Hermann Hering, de Blumenau, referente ao exercício de 2017.

Carlos Tavares D'Amaral
Diretor Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0302.8/2018

Ofício nº 26/2018 Florianópolis, 29 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Federação Estadual das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (FEAPAESC), em Florianópolis, referente ao exercício de 2017.

Lorena Starke Schmidt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0303.9/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Palhoça, referente ao exercício de 2017.

Elisete Neuhaus
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0304.0/2018

Rio do Sul, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Osny José Gonçalves, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2017.

Rubens Gonçalves
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0305.0/2018

Rio do Sul, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Colégio Dom Bosco, de Rio do Sul, referente ao exercício de 2017.

Dirceu Fernando Belotto
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0306.1/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Porto União, referente ao exercício de 2017.

Leocir Aloísio Weber
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0307.2/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Treze de Maio, referente ao exercício de 2017.

Édia Constante da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0308.3/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de José Boiteux, referente ao exercício de 2017.

Guido Meneguelli
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0309.4/2018

Ofício nº 22/2018 Balneário Piçarras, 28 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da ADVENTUS - Associação Especializada no Tratamento de Dependência Química, de Balneário Piçarras, referente ao exercício de 2017.

Manassés da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0310.8/2018

Ofício nº 21/2018 São Francisco do Sul, 25 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de São Francisco do Sul, referente ao exercício de 2017.

Neusa Ferreira Rosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0311.9/2018

Ofício 001/2018 Santo Amaro da Imperatriz, 24 de junho de 2018.
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Moradores e Moradoras da Rua São Sebastião do Bairro Sul do Rio (UNISULDORIO), de Santo Amaro da Imperatriz, referente ao exercício de 2017.

Schirley dos Santos Rodrigues
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 03/07/18

_____ * * *

OFÍCIO Nº 0312.0/2018

Ofício nº 73/2018 Canoinhas, 21 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, referente ao exercício de 2017.

Artur Rogerio Burgardt
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/18

OFÍCIO Nº 0313.0/2018

Ofício nº 06/AVHSR/2018 Jacinto Machado, 02 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Voluntárias do Hospital São Roque de Jacinto Machado, referente ao exercício de 2017.

Ilma Generoso Matias Bernardo
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/18

OFÍCIO Nº 0314.1/2018

Ofício nº 19/2018 Praia Grande, 26 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Praia Grande (APAE), referente ao exercício de 2017.

Lúcia Preto Pereira Destro
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/18

OFÍCIO Nº 0315.2/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Alfredo Wagner, referente ao exercício de 2017.

Tânia Maria Silvestri
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/18

OFÍCIO Nº 0316.3/2018

Ofício Nº 93/2018 Timbo (SC) 02/07/2018
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas de Timbó, referente ao exercício de 2017.

Reintraut L. Bertram
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/18

OFÍCIO Nº 0317.4/2018

Ofício nº 23/2018 Jaguaruna SC; 20 de Junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Conselho Comunitário de Jaguaruna (Centro Comunitário Maria Cândida), referente ao exercício de 2017.

Zelma Amandio Depieri
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/07/18

OFÍCIO Nº 0318.5/2018

Ofício nº 006/2018/ICAP Brusque-SC, 25 de junho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto Catarinense Anjos do Peito, de Brusque, referente ao exercício de 2017.

Angelina Lúcia Tarter
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/18

OFÍCIO Nº 0319.6/2018

OFÍCIO ACB/SIC nº 02/2018 SÃO JOSÉ DO CEDRO, 27/06/2018
Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Beneficente Padre Romualdo Zimmer, de São José do Cedro, referente ao exercício de 2017.

Lucia P. Vivian
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/18

OFÍCIO Nº 0320.0/2018

Of. Nº 15/2018-AIFS-JUPE São José, 03 de julho de 2018.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação das Irmãs Franciscanas de São José, referente ao exercício de 2017.

Zulmira Aparecida Mendonça Martins
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/18

OFÍCIO Nº 0321.0/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Nossa Senhora de Guadalupe, de Joinville, referente ao exercício de 2017.

Márcia Schofer Caetano
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/18

OFÍCIO Nº 0322.1/2018

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU), referente ao exercício de 2017.

André Felipe do Nascimento
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/18

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1076, de 05 de julho de 2018**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR SUELEN CLAUDETE COSTA, matrícula nº 6368, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Administrativa Interna, servidora do Executivo - Secretaria de Estado da Saúde à disposição desta ALESC, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dr. Vicente).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1077, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR RODRIGO CORDEIRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1078, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora BIANKA DE CASTRO VIEGAS, matrícula nº 8673, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 04 de Julho de 2018 (Gab Dep Rodrigo Minotto).
Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1079, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor RAFAEL CAVALCANTE REIS, matrícula nº 8759, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de julho de 2018 (Gab Dep Dr. Vicente).
Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1080, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA, matrícula nº 1877, na DA - Coordenadoria de Licitações e Contratos, a contar de 2 de julho de 2018.

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1081, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e pela Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016, e considerando a autorização do Diretor-Geral, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, exarada no Of. CL. 468/2018 do Coordenador de Licitações e Contratos,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor HELIO ESTEFANO BECKER FILHO, matrícula nº 1332, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, fica lotado na DA - Coordenadoria de Licitações e Contratos, a contar de 2 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1082, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

ART. 1º DESIGNAR a servidora FABIOLA FERREIRA DE MACEDO, matrícula nº 6325, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Controlador-Geral Adjunto, código PL/DAS-8, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, REINHARD RICHTER, matrícula nº 937, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 2 de julho de 2018 (MD - Controladoria-Geral).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de cargo em comissão, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1083, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor IDELFONSO DE SOUZA ROCHADEL, matrícula nº 8848, nomeado pela Portaria nº 1033, de 29/6/2018, para ILDEFONSO WENDHAUSEN ROCHADEL.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1084, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor MARCOS CESAR PINAR, matrícula nº 6192, de PL/GAB-72 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de julho de 2018 (Gab Dep Dirceu Dresch)

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1085, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS, matrícula nº 3614, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto).

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1086, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Brusque).

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1087, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor JEAN CARLO LEUTPRECHT, matrícula nº 8093, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de julho de 2018 (Gab Dep Valduga).

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1088, de 05 de julho de 2018

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR MARIANA SOUZA BAILO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da ata de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch - Florianópolis).

Carlos Antonio Blofeld
Diretor de Recursos Humanos

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº PL./0180.9/2018

Altera dispositivos da Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição.

Art. 1º. Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição.

Art. 2º. Fica acrescido o § 3º ao Art. 4º da Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º As normas a serem seguidas, para atender ao § 1º deste artigo, serão a Resolução nº 348/2004 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que classifica os resíduos provenientes da construção civil na Classe D6, isto é, como perigosos, que deverão ser destinados em aterros para lixo perigosos (Classe I), licenciados pelo órgão ambiental estadual ou regional e cadastrados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina o Anexo 12 da Norma Regulamentadora nº 15 - NR-15, que trata das Atividades e Operações Insalubres e a Norma Técnica Brasileira - NBR nº 12.235, que trata do Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos.”.

Art. 3º. Ficam acrescidos os §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao Art. 5º da Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

§ 1º Sem prejuízo das sanções previstas no caput deste artigo, ficam os infratores obrigados a providenciar o descarte ambientalmente adequado, em aterro industrial para disposição final de lixo perigoso, licenciado pelo órgão ambiental estadual, de quaisquer produtos, materiais, matérias-primas ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto em quaisquer concentrações.

§ 2º O prazo para a realização do descarte será estipulado pela autoridade fiscalizadora.

§ 3º O não cumprimento do prazo disposto no § 2º deste artigo acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 4º A reincidência no descumprimento da presente lei acarretará a interdição do estabelecimento, com a revogação temporária ou definitiva de seu alvará de funcionamento, quando couber.”

Art. 3º. Fica acrescido o Art. 3º -A a Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º -A. É obrigatória a afixação de placa indicativa, nas obras realizadas em todo o Estado de Santa Catarina, da seguinte mensagem: **Nesta obra não há utilização de amianto ou produtos dele derivados, por serem prejudiciais à saúde.**

§ 1º A expedição de alvará de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços pela autoridade competente, no âmbito de sua atribuição, fica condicionada à assinatura de Termo de Responsabilidade Técnica prescrevendo que na obra não são utilizados produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, porventura, o contenham acidentalmente em sua composição, tais como talco, vermiculita, pedra sabão, etc ...”.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

Deputada Ana Paula Lima
Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/18

JUSTIFICATIVA

O presente projeto pretende alterar dispositivos da Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição, para dispor sobre regras de descarte em aterros sanitários específicos, novas penalidades em caso de descumprimento legal e liberação de alvarás de funcionamento de obras, que não devem conter amianto.

Recentemente, por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3937, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei 12.687/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto no território estadual.

Os ministros também declararam, incidentalmente, a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal 9.055/1995, que permitia a extração, industrialização, comercialização e a distribuição do uso do amianto na variedade crisotila no País. Assim, com o julgamento da ADI 3937, o Supremo julgou inconstitucional o dispositivo da norma federal que autoriza o uso dessa modalidade de amianto e assentou a validade da norma estadual que proíbe o uso de qualquer tipo.

A priori, isso reforça a constitucionalidade da Lei Ordinária Catarinense nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição.

Entretanto, com tal fato se observou que a norma deixou de regular e disciplinar de forma mais contundente a matéria, o que motiva a presente proposta.

A desinformação da população faz com que muitos ainda comprem e descartem o produto sem saber que estão lidando com uma mercadoria ilegal em nosso Estado.

O amianto é cancerígeno e, assim reconhecido mundialmente, não existe qualquer limite de tolerância. Finalmente, é importante destacar que a iniciativa legislativa em apreço, sob o ponto de vista jurídico, se afeição ao inciso VI e XII do artigo 24, da Constituição Federal de 1988, que outorga aos Estados-Membros legislar, concorrentemente, sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição e sobre proteção e defesa da saúde.

Conforme o exposto, entendemos como de fundamental importância a matéria objeto deste projeto de lei, submeto aos senhores deputados e as senhoras deputadas a presente proposta a qual solicito o devido apoio para sua análise e aprovação.

Sala das sessões, em

Deputada Ana Paula Lima
Deputado Neodi Saretta

* * *

PROJETO DE LEI Nº PL./0181.0/2018

Institui a Semana Estadual de Proteção Contra o Amianto, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina Fica instituída a Semana Estadual de Proteção Contra o Amianto, que ocorrerá anualmente na semana que compreende o dia 28 de abril.

Art. 2º A Semana Estadual de Proteção Contra o Amianto tem como objetivo promover ações educativas sobre os riscos do amianto, formas de prevenir a exposição às fibras cancerígenas de produtos já existentes, medidas e programas de substituição do amianto, bem como sobre a demolição de obras que o contenham, ainda que acidentalmente e sua destinação final.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

Deputada Ana Paula Lima
Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 05/07/18

JUSTIFICATIVA

Assim como propomos a Lei nº 17.076, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a proibição do uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição.

Propomos agora o presente projeto de lei para instituir a Semana de Proteção Contra o Amianto, que ocorrerá anualmente na semana que compreende o dia 28 de abril, durante a qual serão promovidas ações educativas sobre os riscos do amianto, formas de prevenir a exposição às fibras cancerígenas de produtos já existentes, medidas e programas de substituição do amianto, bem como sobre a demolição de obras que o contenham, ainda que acidentalmente e sua destinação final.

A gravidade deste assunto não pode passar sem informação correta para a população em geral, que desconhece totalmente os perigos que podem ocorrer com o uso e manuseio de produtos, que contenham amianto em sua composição ou são contaminados pelo amianto durante o processo de produção.

A desinformação da população faz com que muitos ainda comprem e descartem os produtos que contém amianto, o amianto é cancerígeno e, assim reconhecido mundialmente, não existe qualquer limite de tolerância, para tanto é necessário informar e educar a população sobre os danos e os meios de descartes do amianto.

Conforme expomos acima, entendemos como de fundamental importância a matéria objeto deste projeto de lei, submeto aos senhores deputados e as senhoras deputadas a presente proposta a qual solicito o devido apoio para sua análise e aprovação.

Sala das sessões, em

Deputada Ana Paula Lima
Deputado Neodi Saretta

* * *

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO NORMATIVO PSA/0007.2/2018

Susta, com fundamento no art. 40, VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, o Decreto nº 1.608, de 10 de maio de 2018, que abre crédito suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado.

Art. 1º Com fundamento no art. 40, VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o art. 334 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, fica sustado os efeitos do Decreto nº 1.608, de 10 de maio de 2018, que abre crédito suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado.

Art. 2º A sustação do Decreto nº 1.608/2018, mediante decreto legislativo, entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 11 de maio de 2018.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 04/07/18

JUSTIFICATIVA

A presente medida visa sustar, com fundamento no art. 40, VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e na forma do art. 334 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Decreto nº 1.608, de 10 de maio de 2018, que abre crédito suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado.

O art. 40, VI, da Constituição Estadual, combinado com o art. 334 de nosso Regimento Interno, dispõem que:

Art. 40. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

(...)

VI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

(...)

Art. 334. Compete a Deputado ou Comissão Permanente propor sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem de seu poder regulamentar.

Em 10 de maio de 2018, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado expediu o Decreto nº 1.608, que anula dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Educação em favor dos Encargos Gerais do Estado, anulando parcialmente o montante orçamentário destinado ao programa de trabalho da Secretaria de Estado da Educação, segundo o anexo I do referido Decreto, correspondente a R\$ 271.250.000,00 (duzentos e setenta e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais).

A anulação, entre outros programas, no que diz respeito a bolsas de pesquisa e de estudos para estudantes do ensino superior, até então garantidas pelo artigo 170 da Constituição Estadual, com seus respectivos números programáticos e valores, são, resumidamente, as seguintes:

12882 - R\$ 20.000.000,00

6302 - R\$ 95.000.000,00

Total: 115.000.000,00 (Cento e Quinze Milhões de Reais)

Este valor representa um frontal descumprimento ao repasse não inferior a 5% ao mínimo constitucional previsto no Parágrafo Único do art. 170, da Constituição Estadual, previstos para a aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Isso significa um corte aproximado de bolsas de ensino e pesquisa para 76 mil estudantes, matriculados nas instituições de educação superior, segundo LOA 2018.

Ademais, referente ao impacto social, verticalmente negativo, advindo da lógica abrupta da diminuição dos direitos, registra-se que o artigo 170 da Constituição Estadual é a garantia de investimentos que ultrapassam os muros das instituições de ensino e refletem horizontalmente na geração de emprego e renda e, por conseguinte, na economia do estado.

A Lei Complementar nº 281/05, de 20 de janeiro de 2005, que regulamentou o art. 170, e os arts. 46 a 49, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, e dispôs sobre a assistência financeira aos estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior em Santa Catarina, definiu que 90% dos recursos orçamentários devem ser destinados as universidades comunitárias e 10% às particulares. Este reparte deu-se em função da capilaridade inclusiva das comunitárias, já que o acesso às três instituições públicas instaladas em Santa Catarina, para muitos jovens catarinenses, torna-se inviável, e o art. 170 passou a ser a única

oportunidade de cursar o ensino superior, haja vista que a universidade estadual (UDESC) e as universidades federais (UFSC e UFFS) não estão presentes em todo território.

Qualquer mudança que comprometa a norma constitucional precisa passar pelo rito processual legislativo, especificamente por proposição de Emenda Constitucional, e jamais por norma infralegal, notadamente da lavra do Poder Executivo, inovando, equivocadamente, *ultra-legem*.

Ora, Excelências, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, II, expressamente estatui que: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Em estrita consonância com tal dispositivo e delimitando um definido âmbito dentro do qual se há de circunscrever a Administração, o art. 84, III, também da Carta Magna, ao se referir à competência do Chefe do Poder Executivo para expedir decretos e regulamentos, explicita que suas emissões destinam-se à "fiel execução" das leis, "sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução".

Ambas previsões respondem com precípua sentinela os objetivos fundamentais do Estado de Direito e exprimem com rigor o ideário e as preocupações que nele se substanciaram. Trata-se aqui do princípio da legalidade da Administração, o qual também está detalhadamente referido art. 37, *caput*, da Lei Magna.

Discorrendo de forma reflexa a doutrina, destaco primeiramente Pontes de Miranda:

"Se o regulamento cria direitos ou obrigações novas, estranhas à lei, ou faz reviverem direitos, deveres, pretensões, obrigações, ações ou execuções que a lei apagou, é inconstitucional. Tampouco pode ele limitar, modificar, ampliar direitos, deveres, pretensões, obrigações ou exceções" (Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda 1169, 2a ed. revista, t. III/316, Ed. RT, 1970).

Ainda acrescenta o ilustre jurista que ao se estabelecer, alterar ou extinguir direitos, não há regulamento mas sim abuso do poder regulamentar, ocupação indevida de competência do Legislativo. "O regulamento nada mais é que auxiliar das leis, auxiliar que só pretender, não raro, o lugar delas, sem que possa, com tal desenvoltura, justifi-car-se e lograr que o elevem à categoria de lei" (ob. cit., p. 314).

Na mesma esteira temos Geraldo Ataliba, em relação a decretos: "Sua função é facilitar a execução da lei, é especificá-la de modo praticável e, sobretudo, acomodar o aparelho administrativo para bem observá-la" ("Decreto regulamentar no sistema brasileiro", RDA 97/23). O regulamento, segundo Ataliba não cria nada de novo, mas sim "dá disposições administrativas, tendentes à fiel execução da lei; não erige norma nova; apenas adequa os órgãos administrativos para bem cumprirem ou permitirem o cumprimento da lei" (ob. cit., p. 32).

Pois bem, sabe-se largamente que a lei inova originariamente na ordem jurídica, enquanto o decreto não a altera, pois esta é fonte primária, e este é fonte secundária, inferior. E o que dizer, mais especificamente, quando da invasão de um decreto à lei ocorre no âmbito da norma esculpida numa constituição, a embaraçar, obstaculizar e inviabilizar programa educacional previsto, provocando a não obediência à previsão orçamentária constitucional.

Por conta de mesmo conteúdo legal, e não poderia ser diferente, nossa Constituição Estadual, tendo em vista o princípio da simetria das normas, não aceita o presente decreto do Poder Executivo, objeto desta Proposta de Sustação de Ato, uma vez que este exorbita completamente de seu poder, apesar de aparente legalidade no preâmbulo de seu texto, na referência ao art. 71, I e III, da mesma Carta, destacando entre as atribuições privativas do Governador do Estado o exercício, com o auxílio de seu secretariado "a direção superior da administração estadual" e a sanção, promulgação e a publicação das leis, "bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução".

No entanto, o art. 40, I, da Constituição Estadual é explícito na reserva da competência exclusiva da Assembleia Legislativa para emendar a Constituição, fazendo do Decreto, uma norma infralegal, instrumento intruso à ordem constitucional, uma vez que provoca engessamento ao Parágrafo Único do artigo 170, na medida que determina repasse inferior a cinco por cento do mínimo constitucional para a educação, cassando a efetividade ao referido artigo.

Assim, tendo por justificado a presente proposta, no uso das legítimas prerrogativas parlamentares, e considerando a relevante matéria para a sociedade catarinense, submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências, invocando o devido acolhimento e, após regular tramitação, sua esperada aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

* * *